

SUSTENTABILIDADE E TERRITORIALIDADE HUMANA: DESAFIOS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES PARA AS POPULAÇÕES RURAIS AMAZÔNICAS

Sandro Haoxovell de Lira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Assistente Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASAUFAM) e Bolsista CNPq. Atua no Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari-AM desenvolvendo atividades de extensão universitária e pesquisa e na Política de Assistência ao servidor e ao estudante.

Daniel Carneiro Costa

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Economista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASAUFAM).

Email do Autor Principal: sandrohaoxovell@bol.com.br

RESUMO

A proposição deste estudo é discutir a relevância das categorias sustentabilidade e territorialidade humana como estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, é feito um resgate histórico sobre a construção da proposta da sustentabilidade global a partir da crise ambiental e da ocorrência de importantes eventos mundiais sobre essa temática. Ademais, este trabalho menciona momentos importantes da intervenção do Estado Brasileiro na Região Amazônica, que resultaram em fracassos por não considerarem o etnoconhecimento das populações tradicionais e as peculiaridades ecossistêmicas locais em suas propostas. Ao se discutir território e territorialidade humana no contexto amazônico, constata-se a imprescindibilidade dos modos de vida, cultura e valores materiais e simbólicos desses sujeitos sociais nativos para a promoção do desenvolvimento rural territorial numa perspectiva sustentável. Estes elementos devem ser considerados na formulação e implementação de instrumentos e políticas públicas para que se tenha uma efetiva gestão ambiental participativa do território e de recursos ecológicos sintonizadas com os princípios da sustentabilidade, a exemplo dos Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS).

PALAVRAS-CHAVE: etnoconhecimento, território, gestão ambiental, Amazônia, populações tradicionais.

INTRODUÇÃO

Para propiciar um melhor entendimento do conceito de sustentabilidade do desenvolvimento e sua vinculação com o processo de territorialização humana importa, primeiramente, remontar todo o processo sociopolítico e histórico que envolve a construção da temática.

As retóricas políticas dos últimos decênios do Século XX e, especialmente, a contar da gênese do presente milênio, possibilitaram a conclusão do pensamento de que a proteção ao meio ambiente constitui um problema fortemente vinculado com a ideação de futuro melhor e mais promissor para a humanidade. Esse pensamento existe desde os primeiros arautos alertantes do crescimento populacional e foi reforçado por significativas pressões sobre os recursos ambientais há quatro décadas, o que permitiu a adesão crescente de atores societários nesse campo sociopolítico de luta. Nesse sentido, não raras vezes candidatos a cargos públicos de Estado arvoram-se defendendo a bandeira do desenvolvimento sustentável. As entidades corporativas não se atrevem a ir contra a opinião societal do *ecologicamente correto*, nem tampouco as instituições de representação social e demais atores, cujos atos objetivos e concretos entram em rota de colisão com os princípios de sustentabilidade (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006).

A origem do processo negociativo de preocupação e de conscientização em escala planetária ocorre após os anos de 1960. As objetivações eram a promoção de inovadas formas de desenvolvimento, baseadas em princípios ecossistêmicos, que garantissem o desenvolvimento sustentável planetário em longo prazo. Entretanto, tal processo desencadeou variadas percepções e estratégias para se trabalhar a questão ambiental, resultando ainda em distintos arcabouços ideoteóricos e priorizações políticas, soluções sociais e tecnológicas muito diversificadas entre os países. Nas nações industrializadas do Primeiro Mundo, o foco foi dado ao controle e regulação dos resíduos

contaminantes provenientes dos elevados níveis de produção e consumo de mercadorias. Em outros termos, as políticas ambientais em suas versões mais críticas apresentaram-se meramente instrumentais, no sentido de tão-somente controlar as externalidades e consequências produzidas pela razão hegemônica. As objetivações do discurso da sustentabilidade representaram uma refuncionalização ambiental da epistemologia da sociedade industrial capitalista. Por outro lado, nos países empobrecidos, especialmente as nações tropicais, a realidade ambiental mostra-se mais ampliada e complexa do processo de desenvolvimento. A questão ambiental está para além do controle de contaminação e seus custos econômicos, mas ainda esses países despontam como potenciais e realísticos instrumentos para uma estratégia de consecução do desenvolvimento alternativo (LEFF, 2000).

Assim, as discussões desse período estavam fortemente influenciadas pela experiência dos países industrializados, privilegiando os danos sobre o ambiente biofísico, em detrimento do estudo das questões socioeconômicas relacionadas aos problemas ambientais. Dois aspectos merecem destaque nesse período: o aumento constante da demanda por matérias primas e de energia nos países industrializados e a explosão populacional nos países em desenvolvimento (BIWAS e BIWAS, 1984 *apud* KITAMURA, 1994, p. 11).

Diversos documentos como a “Tragedy of the Commons” de Hardin (1968), “The population bomb” de Ehrlich (1968), “Blueprint for survival” editado pela revista *The ecologist* (1972) e “Os limites do crescimento”, conhecido também por Relatório do Clube de Roma ou do Massachusetts Institute of Technology, do professor Denis Meadows *et al* (1972) explicitam as ênfases das discussões tomadas (*apud* KITAMURA, 1994). Essas publicações, sobretudo o relatório do Clube de Roma, preparam o pano de fundo para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em 1972, em Estocolmo (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006).

[...] Neste contexto foi elaborado, ainda sob a égide da ecologia radical, o estudo *The Limits to Growth*, coordenado por Meadows (1972) e patrocinado pelo Clube de Roma, uma associação de empresários, e não de ecologistas. O estudo, de inspiração neomalthusiana, partia de uma preocupação com os níveis de produção e consumo e chegava à conclusão de que a sua continuidade acarretaria, em poucos anos, uma crise econômica sem precedentes e que a própria vida na Terra estaria em perigo de extinção. O alerta ensejou a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo em 1972 [...] (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 56).

Resumidamente, pode-se dizer que esse período de discussões foi marcado pela preocupação mais global acerca dos problemas ambientais, apesar das diferenças ideológicas existentes entre as nações. Nesta conferência, ficou claro que a ideia do desenvolvimento econômico era inconciliável com a conservação do meio ambiente, bem como: 1) a proteção do meio ambiente já estava prejudicando o bem-estar humano e os processos de desenvolvimento econômico; 2) o crescimento natural das populações humanas coloca em xeque a preservação ambiental; 3) os problemas ambientais mais importantes dos países do Norte eram os de poluição ambiental e dos países do Sul eram o uso inadequado e o esgotamento da base de recursos ecológicos (DEVELOPMENT DIGEST, 1972 *apud* KITAMURA, 1994).

Os anos seguintes foram marcados pelo primeiro grande choque do petróleo de 1973-1974, fazendo com que as previsões do Clube de Roma e de outros documentos fossem concretizadas pela falta da principal fonte de energia global, cujos impactos foram severos nas economias dos países. Essa realidade evidenciou outra questão não menos importante: a necessidade de cooperação internacional entre as nações, em função das interdependências entre as economias mundiais. A contraditoriedade desse período traduz da seguinte forma: diversos países começam a adotar mecanismos de regulação dentro dos limites geográficos nacionais, apesar de haver tímidas preocupações com as questões ambientais globais, na prática suas políticas ambientais são meramente nacionais.

Com a segunda crise do petróleo de 1979 e mais tarde no início dos anos 1980, conseqüentemente, marcada pela alta dos preços do barril de petróleo, a crise econômica global e a crise da dívida externa dos países do Terceiro-Mundo minaram as possibilidades de cooperação entre Norte-Sul. Os países ricos detinham-se a tentar escapar do gargalo da recessão às suas economias, não restando atenções aos países mais precarizados (KITAMURA, 1994).

A crise do petróleo nos anos 1970 expôs a fragilidade da economia global, evidenciando a necessidade de mudanças no modelo fordista. Ela gerou ainda outro tipo de preocupação: a ameaça à sustentabilidade do modelo econômico por causa do esgotamento progressivo de recursos naturais do planeta (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 56).

É, pois, em 1987 quando foi divulgado o documento intitulado “Nosso futuro comum” ou “Relatório de Brundtland”, fruto dos trabalhos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das

Nações Unidas, presidido por Gro Harlem Brundtland, que surge uma visão mais globalizante e transnacional dos problemas ecológicos. Este documento denuncia a insustentabilidade dos paradigmas de desenvolvimento econômico vigente, explorando e degradando os recursos ecossistêmicos, pondo em risco a própria possibilidade vindoura de desenvolvimento. Outras questões relevantes relatadas são que a pobreza, a ausência de desenvolvimento e superpopulação humana tem vinculações muito estreitas com as questões ambientais globais (Idem).

[...] a publicação do livro relatório *Nosso Futuro Comum* é considerado um marco formal dessa mudança de atitude, onde se definiu o conceito de desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de futuras gerações atenderem às suas” (WCED, 1987 *apud* FILHO *et al*, 2009, p. 124).

Cabe salientar que o relatório de Brundtland consegue, dentre outras coisas, dar visibilidade mundial ao termo, colocando-se a necessidade urgente de revisão dos modelos econômicos de desenvolvimento, que deveriam passar a basear-se num outro modelo, a saber, o desenvolvimento sustentável, colocando uma visão antropocêntrica e negando o ecocentrismo. Para isso, tornam-se fundamentais ações conjuntas e abrangentes de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que ultrapassem o estreitismo biofísico, incluindo aspectos socioeconômicos e suas inter-relações nas questões ecológicas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi uma evolução do conceito de ecodesenvolvimento. [...] o relatório, destacou em seu prefácio que as funções da comissão transcendiam as questões ambientais, o que lhe conferia um caráter mais político e diplomático do que meramente técnico. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável encerra uma proposta mais moderada do que a do ecodesenvolvimento e essa proposta é estrategicamente mais fácil de ser negociada nas conferências mundiais (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 60-61).

A década de 1990 foi fortemente marcada pelo receituário e empreitada neoliberal, pelo aprofundamento das desigualdades sociais intra e internacional, a crescente preocupação acerca da qualidade ambiental, aceleração dos processos de expansão agrícolas, industrialização e urbanização não planejada, questões climáticas, contaminação hídrica e a perda da biodiversidade, enfim, a degradação socioambiental global, que conspirou contra a governança mundial (FILHO *et al*, 2009).

O contexto global explicitado foi o palco para a Conferência das Nações Unidas acerca do Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada de Rio-92 ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, que contou com a presença de 178 países. Neste evento, foram aprovados alguns documentos, dos quais destacamos cinco: Declaração do Rio de Janeiro, Agenda 21, Convenção sobre biodiversidade, Convenção sobre alterações climáticas e Declaração sobre florestas.

Naquela ocasião, as atenções se voltaram para o meio ambiente e os processos de desenvolvimento, como se percebeu nos discursos sobre a conciliação entre qualidade ambiental e o paradigma de desenvolvimento da economia. Além disso, a Eco-92 ratificou a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, que contou maciçamente com a colaboração dos instrumentos midiáticos. Todavia, uma grande confusão ocorreu, pois se acreditava ilusoriamente que todos os males societários e ambientais seriam resolvidos uma vez evocado o desenvolvimento sustentável. Neste cenário, a Rio-92 constituiu-se num marco internacional relevante para a confirmação de compromissos dos governantes quanto ao desenvolvimento sustentável. Evidentemente, as divergências políticas e conflitos decorrentes de interesses econômicos não trouxeram o cumprimento dos acordos no patamar esperado e necessário. Porém, encontros internacionais para tratar deste tema e aprofundar acordos sobre o mesmo são cada vez maiores, como a recente Rio+20 ocorrida neste ano, no Rio de Janeiro.

Desde então, este conceito da sustentabilidade do desenvolvimento tem sido exaustivamente teorizado, discutido e analisado, recebendo distintas classificações, denominações e qualificações, e longe se ser um conceito consensual e unânime entre os especialistas.

Apesar de o conceito de desenvolvimento sustentável ser considerado por muitos teóricos como: “ambíguo e usual” (GODAR, 1997 *apud* NOGUEIRA e CHAVES, 2005, p. 99), “polissêmico” (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 62), “vazio” (STAHEL, 1995) e “incerto” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006), foi importante para a criação de uma consciência ambiental, mesmo que demonstre ser mais retórico que prático, direciona o olhar para a

construção de uma racionalidade que contemple conjuntamente o tripé da sustentabilidade: os campos econômico, social e ambiental.

Quanto à territorialidade, cabe destacar que o movimento de preservação, fundado no ecocentrismo, não aceitava a presença humana nos biomas, por entender que as atividades antrópicas eram a causa da degradação dos sistemas ecológicos. Este pensamento inspira-se no modelo estadunidense desde o ano de 1872, com a criação do Yellowstone, o primeiro parque nacional de preservação do mundo (BRITO; CÂMARA, 1999 *apud* FABRÉ, BATISTA e SIMÃO, 2007).

[...] Os preservacionistas ou protecionistas defendiam a reserva de áreas territoriais específicas para a proteção integral da natureza. A partir de suas propostas são criados os primeiros parques nacionais, dentre eles o de Yellowstone, em 1872 nos EUA, o primeiro do mundo [...] (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 51).

Nesse contexto, a abordagem territorial do ecologismo radical sustentava a ideia de áreas preservadas e intocadas (áreas protegidas), sem presença humana alguma, de preferência, de modo a marginalizar as atividades antrópicas nesse processo de territorialização. Outra proposição do ecologismo radical para a abordagem territorial é o biorregionalismo, que dava ênfase às “[...] potencialidades endógenas e às culturas locais, reconhece o território das populações tradicionais e o direito à diversidade cultural” (Idem, p. 54).

Essa visão ecocêntrica influenciou as políticas ambientais da América Latina. No Brasil, a partir de 1876 surgem movimentos em prol da criação de parques nacionais, que se concretizam 80 anos depois, com a criação do Parque do Bananal e do Salto Sete Quedas (BRITO; CÂMARA, 1999 *apud* FABRÉ, BATISTA e SIMÃO, 2007). Ainda sobre o Brasil, a territorialização, como sistema de gestão, encontra ancoragem no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹ (PEREIRA, FABRÉ e NOLAN, 2009), onde se verifica uma abertura para a presença de grupos sociais nessas áreas. Ainda segundo estes autores, no contexto amazônico, a gestão territorial, conservação de recursos ecológicos e a territorialidade foram estudados por McGrafh (*et al* 1996), McDaniel (1997) e Pereira (1999) em Sistemas Abertos.

Portanto, a territorialidade humana como estratégia de gestão ambiental para a promoção da sustentabilidade rural amazônica, inscreve-se como uma resposta às demandas dos movimentos sociais, com vistas à proteção, à conservação e ao melhor acesso aos recursos ecológicos pelas populações tradicionais, bem como serve de importante papel para a manutenção dos recursos imprescindíveis para a sustentabilidade local, regional e global diante da crise socioambiental que enfrenta a humanidade.

TEXTO

METODOLOGIA

Este estudo compõe-se de uma revisão de literatura especializada e utiliza da pesquisa bibliográfica, no qual utilizou da consulta a livros e artigos de autores que tratam sobre as temáticas da sustentabilidade e dos processos de territorialidade humana, bem como estudam as bases conceituais para a promoção do desenvolvimento territorial rural e sustentável amazônico, em conformidade com as suas especificidades naturais e socioculturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A territorialidade como estratégia para a promoção da sustentabilidade rural da Amazônia: algumas reflexões acerca das especificidades ambientais e socioculturais da região

Que a Região Amazônica com seu vasto capital natural e sociocultural representa um papel central e por isso mesmo importante no processo de sustentabilidade nacional e internacional isso é incontestável atualmente pela comunidade científica.

As suas caracterizações e propriedades, tais como: maior fonte de biomassa renovável do mundo, a mais significativa bacia de água doce do mundo, expressiva riqueza ictiofaunística, seus incalculáveis recursos

¹Neste contexto, a gestão territorial tanto pela preservação quanto pela conservação da biodiversidade e de recursos ecológicos encontra fundamento na Lei n°. 9.985/2000, que cria Unidades de Conservação (PEREIRA, FABRÉ e SOUSA, 2007).

agroflorestais, biotecnológicos e o etnoconhecimento de suas populações tradicionais, dentre outros, representam riquezas inestimáveis para esses povos, para o Brasil e para o mundo inteiro.

Contraditoriamente, os processos de desenvolvimento na região andam na contramão dessa riqueza quando se trata de promoção de formas de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Na Amazônia, o desenvolvimento desequilibrado e heterogêneo resultou [...] uma concentração econômica e demográfica, na degradação ambiental e na deteriorização das condições de vida das populações locais, especialmente as nativas [...] (LEIS, 1991 *apud* KITAMURA, 1994, p. 31).

Somam-se a isto profundos desníveis de acesso e posse dos recursos ecológicos, pobreza política, escassos ou inexistentes acessos a bens e serviços públicos (educação, saúde, segurança, previdência social e outros), grilagens e megagrilagens, conflitos de cunho fundiário na cidade e no campo. Neste último, esse processo tem contribuído para a expulsão das populações tradicionais de suas terras e de seu ambiente inicial de vivência, pondo em risco e aniquilando seus modos de vida, sua cultura estreita com o meio natural, além da célere degradação ambiental.

Mello (2006) ao analisar os dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, fala particularmente sobre a Amazônia pontuando que os seus principais problemas vinculam-se ao desflorestamento, à expansão das fronteiras agrícolas, as questões fundiárias e centralização de terras.

A sustentabilidade na Amazônia, dada às suas especificidades de diversidades ecológicas e socioculturais, carece mais de paradigmas de desenvolvimento sustentáveis que atendam às suas diversidades do que de modelos importados e generalizáveis de desenvolvimento, cujos objetivos são estranhos e externos às necessidades ambientais e humanas da região.

O desenvolvimento amazônico deve imperativamente obedecer aos critérios epistemológicos sobre o ambiente que essas populações tradicionais adquiriram. Sendo, portanto, imprescindível que qualquer política de desenvolvimento atenda e respeite às especificidades locais e regionais. Isso não significa dizer que a ciência moderna vá abdicar dos seus avanços, que constituem fatores importantes para a sustentabilidade, mas que a ciência moderna abandone a sua arrogância e prepotência diante de outras formas de saber e caminhe com o etnoconhecimento lado a lado na construção e na promoção de qualidade de vida e enfrentamento das mazelas ambientais e societárias da região.

[...] o estilo etnológico de desenvolvimento da população, a percepção dos recursos, as condições de aplicação de seus meios técnicos de produção e as formas de consumo de seus produtos regularizam os processos de exploração e a produtividade de seus ecossistemas. A divisão social do trabalho, a distribuição do tempo disponível entre as diversas atividades produtivas e funções culturais, assim como a eficiência organizativa dos processos de trabalho, são alguns elementos de uma organização cultural que contribuem para estabelecer esse nível de produtividade [...]. [...] a preservação de sua identidade étnica e sua autonomia cultural contribuem para a conservação e desenvolvimento do potencial de seu ambiente [...] (LEFF, 2000, p. 161).

Torna-se uma imensa tarefa política, social, econômica e ambiental reverter o atropelamento das formas e modos de vida econômicas mais sustentáveis em todo o mundo nas últimas décadas, fruto da razão arrogante da sociedade capitalista global. Desse modo, diferentemente dos países do Norte, os países do Sul devem, além de desenvolver uma sustentabilidade que enfrente os efeitos destrutivos da economia atual, promover o fortalecimento das economias e modos de vida sustentáveis, dos quais se afirma que os grupos tradicionais amazônicos são exemplares para a promoção de outros desenvolvimentos para a Amazônia.

Portanto, a epistemologia tradicional e os modos de vida amazônicos (como se verifica nos sistemas agroflorestais), que é mediada incisivamente pela cultura das populações, constitui objetivamente uma forma de conhecimento estratégico e indispensável para a gestão ambiental e territorial de modo a garantir a sustentabilidade amazônica.

Breves considerações sobre o desenvolvimento territorial

A conceituação de território remete ao domínio de dado espaço tanto no aspecto cultural quanto temporal. Neste espaço, o exercício de poder é realizado com o objetivo de apropriação e uso. Silva (2009) *apud* Cruz, Mourão e Oliveira (2012, p. 79) considera território como

[...] um espaço natural ou humanizado, onde ocorrem delimitações a partir de usos múltiplos que implicam em manifestações de “Poder”, gerando ou não conflitos entre atores que vivem ou se apropriam subjetivamente deste espaço.

Este poder, portanto, pode ser exercido tanto no plano estritamente biológico onde a presença humana inexistente, quanto no “espaço humanizado” ou no espaço socialmente construído.

Por sua vez, ao conceituar território, Fraxe e França (2011, p. 53) entendem como “[...] conjunto indissociável de sistemas naturais – substrato físico - e instrumentos materiais impostos pelo homem”. Segundo as autoras, a geografia cultural considera que este espaço denominado território nada significa sem a consideração do que ele significa e representa para cada etnia e cultura que se insere em seu interior. O território, assim, é uma categoria fundamental para se ter a abrangência e profundidade de um processo de desenvolvimento. Ele é compreendido não apenas como espaço geográfico, embora também o seja. Ele é uma dimensão política, social e cultural. Ele é simultaneamente um espaço material e simbólico.

No espaço do território as classes sociais e diversos segmentos organizados que compõem interagem e disputam o poder político para hegemonizá-lo. Nele ocorrem conflitos, contradições e complementaridades que vão moldando sua identidade. Estes fenômenos são inerentes ao fato de que as classes sociais e os segmentos organizados se reproduzem social e culturalmente no interior deste espaço delimitado. Muitas vezes, os atores sociais valem-se das regras informais para prevalecer seus interesses.

Para o estudo do território, deve-se conhecer a diversidade existente em seu interior. Tanto a diversidade natural quanto social. Neste aspecto, o entendimento dos modos de vida, das culturas, atividades econômicas, organizações sociais e político-institucionais é condição para que se tenha a adequada abrangência e complexidade do território. Da mesma maneira que é imperioso o conhecimento das dinâmicas que relacionam todos os atores sociais envolvidos neste espaço delimitado, bem como as interações existentes entre estes e outros atores sociais fora do território considerado.

É a partir da complexidade socioambiental de dado território e suas relações de poder é que será possível a proposição de políticas condizentes com a realidade pesquisada. Desta maneira se é possível criar alicerces que tenham a perspectiva do desenvolvimento territorial, que para ser pleno precisa também ser sustentável.

O processo político de dominação do território resulta no conceito de territorialidade: “a territorialidade humana é estabelecida, pelos usuários, como forma de controlar e defender o espaço e os recursos de uma determinada área, por meio da mobilização social e política – institucional” (PEREIRA, FABRÉ e NOLAN, 2009, p. 55). É, pois, no seio da territorialidade, que é uma relação de poder político, econômico e cultural, que se deve conhecer as condições, contradições e conflitos que envolvem os atores sociais em diversas territorialidades para que se proponha uma gestão territorial de acordo com as reais necessidades que cada situação oferece e desafia.

[...] No momento em que as territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir das apropriações, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territorial-ordenamentos territoriais - devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que se possa entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado (SILVA 2009 *apud* CRUZ, MOURÃO e OLIVEIRA, 2012, p. 78).

Esta conceituação de territorialidade, diretamente relacionada com o exercício de poder e apropriação e uso de recursos disponíveis no interior do espaço territorial, remete às três características apontadas por Sack (1986) *apud* Cruz, Mourão e Oliveira (2012) como essenciais para a estratégia de domínio: a) classificação da área considerada dentro do território. Esta classificação obedece a interesses sigilosos que resguardem o domínio territorial e também advém da dificuldade de se mensurar e enumerar todos os componentes biológicos, humanos e sociais. A classificação tenta encerrar uma parte da complexidade sob a tutela da área estipulada; b) A delimitação territorial é exercida pela comunicação. Para tanto, algum sinal deve ser fabricado para que se visualize a delimitação

territorial, a área de domínio que carrega em seu interior a complexidade sociobiológica; c) Por fim, ainda complementa a territorialidade com o exercício da vigilância, do controle de quem adentra ou sai do território. No caso de entradas ou saídas indesejadas, o autor menciona a disponibilidade de meios coercitivos para resguardar a vontade do dominador territorial. As forças armadas ilustram bem esta função, considerando-se a territorialidade exercida pelo Estado.

Ao tratarmos do desenvolvimento territorial, deve-se partir da noção do espaço não apenas físico, mas também cultural, econômico e político delimitado por uma identidade. Esta identidade, por seu turno, decorre de um processo histórico-estrutural de construção social das populações e sociedades que a constituem. É nesta delimitação que as políticas devem estimular as condições que proporcionem o desenvolvimento, embora o desenvolvimento dependa de fatores externos e internos a este espaço que se articulam em diversos graus produzindo os mais variados resultados.

A Amazônia e as intervenções do Estado Brasileiro: desafios para o desenvolvimento territorial

A análise da territorialidade no contexto amazônico implica a necessária e cuidadosa observação das peculiaridades na relação que as populações tradicionais locais, como os caboclos, ribeirinhos, povos indígenas e quilombolas, possuem com as regiões em que vivem e se reproduzem. Com olhar voltado para a diversidade sociocultural e o processo de ocupação da Amazônia será possível entender o significado territorial para estas populações e sociedades.

É importante que se enfatize que tanto as iniciativas do Estado Brasileiro para promover deslocamento de contingentes migratórios de outras regiões do país para a Amazônia para a execução de projetos econômicos incompatíveis com a realidade local, sob a justificativa de “desenvolvê-la”, quanto às explorações econômicas desenfreadas de recursos naturais foram demonstrações de que nunca se considerou a diversidade e complexidade de sociedades e populações tradicionais que foram capazes de se desenvolver sustentavelmente sem a devida assistência do Poder Público. Por esta razão, a região se tornou um palco de conflitos e promoção de múltiplas agressões contra seus habitantes e entornos naturais. Estas investidas contra a sociobiodiversidade amazônica, em nome da “integração” ao resto do país e em defesa dos interesses de acumulação capitalista, influíram significativamente na configuração política, econômica e cultural da região, constituindo seus espaços de ocupação, apropriação e uso de seus recursos disponíveis.

As territorialidades em confronto/conflito nos permitem identificar os processos de construção territorial dos espaços na Amazônia a partir das dinâmicas locais e das influências governamentais e econômicas ao longo dos anos. Assim, estes espaços se tornam palco das transformações econômicas, sociais e culturais do ribeirinho que reside na região em busca de manter e conservar suas formas de produção estabelecida junto e a partir da natureza (CRUZ, MOURÃO e OLIVEIRA, 2012, p. 70).

A ocupação da Amazônia Brasileira correspondeu a um processo histórico não regular e dentro do contexto de inserção do Brasil à economia mundial. A região foi considerada exótica pelos colonizadores em função de sua complexidade biológica e foi sendo povoada e delimitada de acordo com as preocupações geopolíticas, no período colonial. Num primeiro momento, a sua exploração correspondeu às exigências do mercado voltado para o mercantilismo português. O uso da mão-de-obra escrava indígena, que promoveu a dizimação de significativos povos ameríndios, marcou esta etapa colonial de afirmação do modo de produção capitalista comercial na Região Amazônica.

A Amazônia também foi palco de intensa exploração e extração de látex por causa da economia gomífera, na segunda metade do século XIX. Este período foi marcado por uma intensa corrente migratória de nordestinos para esta região. E uma importante consequência deste período histórico foi a consolidação do nosso caboclo, que traz em seu surgimento a miscigenação dos povos ameríndios, do colonizador português e do imigrante nordestino. Um segundo momento do ciclo da borracha se deu no pós-Segunda Guerra, quando houve uma reanimação que não durou muito tempo.

Na segunda metade do século XX, dentre outras atividades econômicas mais específicas, a Amazônia foi vítima dos projetos intervencionistas da ditadura militar, nos quais sobressaiu a visão de “integrar para não entregar”. Sem qualquer consideração pelas peculiaridades locais, o Estado patrocinou e financiou a criação de rodovias (a

exemplo da Transamazônica), fazendas agropecuárias, projetos de exploração mineral e espalharam-se assentamentos agrícolas a serem trabalhados por agricultores de outras regiões sem nenhuma identificação com a realidade local, dentre outras medidas que partiam igualmente do pressuposto de que o modelo de desenvolvimento responsável pelo crescimento urbano e a industrialização do restante do país deveria ser adotado na Região Amazônica. A experiência gerada pela Zona Franca de Manaus, no final dos anos 1960, viabilizou uma industrialização restrita à capital amazonense baseada em incentivos fiscais e promoveu uma expressiva migração de muitos interioranos amazonenses e de trabalhadores de outras regiões do Brasil para Manaus.

Havia, neste sentido, a concepção de que era necessário “povoar” a Amazônia para que ela se “desenvolvesse”. Em resumo, de acordo com Martins (1990) *apud* Witkoski (2010, p. 23), houve incentivos governamentais para a “[...] transferência de homens sem terra para terras sem homem”. Este processo foi facilitado pelas expectativas criadas em segmentos marginalizados de outras partes do Brasil que se deslocaram em direção à Região Amazônica com esperanças de melhores condições de vida.

A diversidade cultural da Amazônia e sua biodiversidade, considerando a indissociável complementaridade social e natural, tem no território um valor supremo que fundamenta a vivência das populações tradicionais nos ecossistemas que o compõe. O território para as populações tradicionais amazônicas está vinculado como um constituinte fundamental de seu modo de vida. No território ou região em que se insere o ser amazônico não apenas produz economicamente, mas também produz e se reproduz nos âmbitos familiar, cultural e social, viabilizando o efetivo desenvolvimento sustentável por meio dos sistemas agroflorestais que conciliam diversos processos produtivos em simultaneidade e conforme as limitações dos processos ecológicos.

[...] é preciso destacar que a questão territorial é o centro do universo político da Amazônia. Isso porque a terra é e sempre foi a única fonte de sobrevivência dos seus habitantes, já que foi a ela que as famílias dedicaram toda a sua vida, lá plantando, colhendo seus alimentos e remédios para seus males, caçando para comer, enfim, preservando o meio ambiente natural com sua cultura e autenticidade [...] (FRAXE e FRANÇA, 2011, p. 49).

O território na Amazônia contempla indiscutivelmente três *habitats* essenciais e interdependentes: terra, floresta e água. Em cada qual desses *habitats* existe diversos ecossistemas interagem em processos complexos em que as populações tradicionais se inserem não como dominadoras deste cenário natural, mas como parte integrante consciente dos próprios ecossistemas e usufruem destes para satisfazer suas necessidades em todos os aspectos.

A compreensão territorial no modo de vida das populações tradicionais amazônicas relativiza a propriedade privada. Não a elimina, mas não a torna fundamento da organização social, uma vez que as atividades desenvolvidas não se restringem à atividade agrícola. As atividades extrativas que se efetuam na floresta dão ao homem amazônico um caráter nômade, pois elas não possuem fronteiras; por outro lado, a atividade pesqueira se desdobra em ambientes considerados coletivos que são os lagos e rios (WITKOSKI, 2010).

O território para estas populações, portanto, não se limita à sua propriedade. Requer um entendimento cultural que passa pela percepção do que cada ecossistema dentro do bioma amazônico significa e representa para elas. Os ciclos naturais, particularmente o hidrológico é de fundamental importância porque as fases de enchente, cheia, vazante e seca delimitam os espaços a serem trabalhados por estas populações da mesma forma que as fases reprodutivas da flora e da fauna. Ou seja, o fato de certo espaço não ser momentaneamente utilizado pelo homem amazônico não implica afirmar que não componha seu território. O fato de certo espaço não constituir sua propriedade particular não significa que ele não o utilize. O fato de certo espaço nem mesmo ser utilizado diretamente por ele também não significa que não seja integrante de seu território, porque possui alguma importância em seu universo cultural, em sua cosmologia. A criação de unidades de conservação, nos últimos anos, pelos governos, propõe-se a ser uma tentativa, passível de muitas críticas, para proteger estas áreas em benefício destas populações tradicionais.

Como outra opção ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), surge a proposição dos Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS), entendido como

[...] uma alternativa ao SNUC para a gestão territorial na Amazônia, a partir da perspectiva sistêmica de interação dos componentes naturais, sociais, políticos e culturais para a delimitação dos territórios a serem conservados/preservados (FABRÉ, BATISTA e NOLAN, 2007, p. 16).

Em outras palavras, esta perspectiva de gestão ambiental defende, por exemplo, o território como uso comunal de livre acesso sob a perspectiva de uso integrado, particularmente acerca das várzeas amazônicas, o que não significa dizer que não o possa servir de parâmetro para outras regiões do Brasil, atendendo às suas especificidades. Esta gestão ambiental alternativa, pelo fato de não estar prevista no SNUC, torna-se um desafio para as comunidades tradicionais que se encontram excluídas de mecanismos e arranjos institucionais que imponham ao Estado a defesa de seus direitos. Trata-se da possibilidade de se efetivar uma autogestão territorial, mediada pela cultura e pelos valores locais.

A viabilidade de desenvolvimento territorial na Região Amazônica, e no próprio Estado do Amazonas, por conseguinte, depende da valorização da sociobiodiversidade regional como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Do contrário, haverá novas reproduções de experiências pretéritas fracassadas que insistiram na importação de supostos modelos de desenvolvimento de outras regiões brasileiras e do mundo.

O etnoconhecimento e o desenvolvimento sustentável e territorial na Amazônia

Os conhecimentos tradicionais são preciosos para se compreender diversos ciclos naturais. E, embora sejam, muitas vezes, desprezados pela ciência, eles continuam sendo importantes para a convivência que estas populações e comunidades tradicionais mantêm com seus ecossistemas, a exemplo do que se processa na Amazônia. Diegues (2000) *apud* Mendonça *et al* (2011, p. 97) destaca que é “preciso reconhecer a existência, entre as sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além das oferecidas pela ciência moderna”.

Por esta razão, considera-se, na atualidade, a importância estratégica que possui o conhecimento empírico das populações tradicionais que habitam os biomas tropicais, em particular o bioma amazônico, por meio de seus complexos e diversos ecossistemas.

Há um reconhecimento crescente de que a preservação da biodiversidade da Amazônia se deve, em boa medida, à utilização manejada secularmente que estas populações tradicionais realizam na região. Estas práticas, que tem na origem indígena um elemento fundamental de adaptação ao meio amazônico, foram consolidadas pela dimensão cultural dos que vivem no interior da Amazônia.

Por meio de valores, crenças, costumes e necessidades materiais, enfim, por meio de seu *habitus*, estas populações desenvolveram com os ecossistemas amazônicos uma relação de complementaridade, na qual incorporam seu entorno natural como parte de sua identidade, como uma extensão deles próprios, que apresenta diversos significados existenciais. Nestes termos, muitos estudiosos consideram inexistir a biodiversidade sem o componente humano das populações tradicionais. A cultura influencia a relação, a classificação e a paisagem ecossistêmica. Não se pode, desta forma, conceber a complexidade biológica desta região sem a presença do homem amazônico, que modifica e é modificado por seu entorno natural, num processo histórico. Em função desta lógica, a discussão incorpora o domínio cultural ao natural dentro da conceituação de biodiversidade, ou seja, esta é também um constructo sociocultural.

Em se tratando das populações tradicionais da Amazônia, cabe destacar que seus conhecimentos empíricos sobre a região se desdobram em três ambientes fundamentais onde sua organização social sobrevive: na terra, na floresta e na água. Em cada um desses *habitats* as atividades econômicas, a exemplo dos sistemas agroflorestais, são realizadas por meio de técnicas que propiciam o melhor aproveitamento dos recursos faunísticos e florísticos, com a devida complementaridade e integração de todos os espaços utilizados. Estas metodologias, ademais, são moldadas pelos ciclos naturais locais e os períodos de reprodução e regeneração inerentes aos processos ecológicos, ensejando a inserção do cálculo e da previsibilidade nas sociedades que vivem na região.

Essas populações se reproduzem explorando uma rica multiplicidade de *habitats*: a terra, a floresta e a água. Contudo, a exploração desses, como a de outros ambientes, implica não só um etnoconhecimento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se (WITKOSKI, 2010, p. 126).

A interpretação realizada pelo homem amazônico sobre as manifestações do ecossistema que o rodeia é mediada por mitos e convicções religiosas que colaboram para esta integração entre meio social e meio natural, no qual existe uma influência recíproca e dialética. Assim, pode-se afirmar que a territorialidade e paisagem amazônica contêm em sua constituição natural o elemento humano.

Todavia, cabe salientar que para o êxito dos processos de territorialização humana, como os Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS) sugeridos por Ribeiro; Fabr e (2003) *apud* Pereira, Fabr e e Sousa (2007), além das iniciativas dessas popula es, os governos devem propiciar melhores condi es para a consecui o da gestão territorial amazônica, de modo a não exclui-las, nem tampouco desassisti-las nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão referente às categorias desenvolvimento sustentável e território deve, necessariamente, contemplar as condicionantes referentes às bases econômicas, políticas e culturais sobre as quais se desdobra esta articula o. Disto posto, pensar na promo o do desenvolvimento sustentável e melhoramento das condi es de vida no território rural importa adotar a estratégias vinculadas a apropria o dos territórios.

[...] falar em desenvolvimento sustentável pressupõe a incorpora o do território como vetor estratégico, valorizando seus atributos e entendendo-o [...] como causa e consequência do modelo de desenvolvimento anteriormente adotado [...] (MELLO, 2006, p. 41).

Segundo Ricklefs (1996 *apud* PEREIRA, FABR E e NOLAN, 2009) a apropria o dos territórios refere-se ao controle e defesa de determinada  rea. Outros autores acrescentam que tais processos são assumidos por comunidades reivindicando direitos de propriedade sobre determinados recursos que se situam mais próximos delas, por métodos informais de domina o (FURTADO, 1993; BEGOSSI, 1998; PEREIRA, 1999 *apud* PEREIRA, FABR E e NOLAN, 2009). Se por um lado, a acessibilidade aos recursos ambientais constitui o mais importante meio de manuten o de sua reprodu o material e simbólica, por outro, a nega o desse acesso constitui uma afronta profunda   capacidade de sua sobrevivência e da própria condi o de sujeito sociohistórico e de direitos.   nesse sentido, que a apropria o dos territórios e de seus recursos, enquanto gestão ambiental territorial, representa um relevante instrumento de sustentabilidade dessas popula es.

A ado o do território como marco teórico-conceitual requer a considera o de entendê-lo como resultante das rela es de poder na sociedade, que podem suprimir as determina es naturais e suas restri es. Tornar o território sustentável representa assumir a valoriza o de suas diferencia es, reconhecê-las com vantagem e inserir a participa o da sociedade nos processos negociativos (MELLO, 2006).

Portanto, atualmente, a defesa e controle do espaço e dos recursos de determinada área, sob a perspectiva ecossistêmica e cultural, vem sendo realizados por meio da territorialidade humana, como os SAS em alternativa às formas de territorializa o sugeridas pelo SNUC (que são amparadas por dispositivos legais), demandando mobiliza o social e política de atores-usuários. Essa estratégia, como dito anteriormente, inscreve-se numa forma alternativa de garantir as condi es de existência material e simbólica e de promo o da sustentabilidade das popula es rurais amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BURSZTYN, Maria Augusta Almeida; BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo S. (orgs.). **Economia, meio ambiente e comunica o**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
2. CRUZ, Manuel de Jesus M. da; MOURÃO, Maria Helena C.; OLIVEIRA, Ercivam G. de. Territorialidade em confronto: a guerra do peixe no Lago Janauacá-AM (BR) In: CASTRO, Albejamare Pereira, FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos (orgs.). **Amazônia: cultura material e imaterial**. Volume 2. 1  edic o. São Paulo: Annablume, 2012.
3. FABR E, N dia Noemi; BATISTA, Vandick da Silva; SIMÃO, Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro. Territorializa o e gestão ambiental em sistemas abertos sustentáveis (sas). In: FABR E, N dia Noemi *et al* (orgs.). **Sociobiodiversidade e conserva o da várzea amazônica**. Manaus: Pyr , 2007.

4. FILHO, Saulo Rodrigues *et al.* Uma análise sobre indicadores de sustentabilidade e seus conceitos operacionais. In: PEREIRA, Henrique dos Santos *et al.* **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: Edua, 2009.
5. FRAXE, Jaiza Maria Pinto; FRANÇA, Suzelei de Castro. Situando a Amazônia entre a biotecnologia, o direito e a geografia. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Amazônia: cultura material e imaterial**. Volume 1. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.
6. JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.
7. KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.
8. LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental, produtividade ecotecnológica e manejo integrado de recursos. In: LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.
9. MELLO, Neli Aparecida de. Desenvolvimento Sustentável no Brasil: dilemas e desafios. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo S. (orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
10. MENDONÇA, Maria Sílvia de *et al.* Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antonio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Reggo, 2011.
11. NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideológicas conceituais. **Somanlu: revista de estudos amazônicos**, Manaus, Ano 5, n. 1, jan./jun. 2005.
12. PEREIRA, Samantha Aquino; FABRÉ, Nídia Noemi; NOLAN, Keid Silva Souza. Territorialidade das comunidades ribeirinhas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas. In: PEREIRA, Henrique dos Santos *et al.* (orgs.). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: Edua, 2009.
13. PEREIRA, Samantha Aquino; FABRÉ, Nídia Noemi; SOUSA, Keid Nolan Silva Souza. Fatores associados à territorialidade de populações tradicionais de área de várzea na Amazônia. In: FABRÉ, Nídia Noemi *et al.* (orgs.). **Sociobiodiversidade e conservação da várzea amazônica**. Manaus: Pyrá, 2007.
14. STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.
15. WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.